PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 18294/2009

Nos termos do disposto no artigo 4.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 15/98, de 29 de Janeiro, e no artigo 9.º da Lei n.º 9/91, de 9 de Abril, com a redacção dada pelas Leis n.os 30/96, de 14 de Agosto, e 52-A/2005, de 10 de Outubro, por proposta do Provedor de Justiça e com a anuência do Presidente do Tribunal de Contas, nomeio secretária-geral da Provedoria de Justiça, em comissão de serviço por três anos, a licenciada Maria da Conceição Dias de Carvalho Poiares Oliveira, auditora do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, que, como resulta da nota curricular anexa, dispõe de habilitações e experiência profissional adequadas ao exercício do cargo.

31 de Julho de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

***Curriculum vitae* (resumido)**

Nome: Maria da Conceição Dias de Carvalho Poiares de Oliveira.
Data de nascimento: 11 de Maio de 1964.
Estado civil: casada.
Nacionalidade: portuguesa.
Naturalidade: freguesia do Campo Grande, concelho de Lisboa.
Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, área de Ciências Jurídicas, concluída no ano lectivo de 1987, na Universidade Clássica de Lisboa;
Estágio de Advocacia, com atribuição de cédula profissional n.º 9004, em 30 de Janeiro de 1991, inscrição suspensa em 30 de Abril de 1991.

I. Carreira:

1998-1999 — exercício de advocacia — exerceu advocacia após realização do estágio. Obteve a respectiva cédula profissional concedida pela Ordem dos Advogados, a qual suspendeu aquando do início de funções na Administração Pública;
Setembro de 1990 — Janeiro de 1994 — iniciou funções como contratada a prazo na Direcção-Geral do Tribunal de Contas em 17 de Setembro de 1990, em categoria correspondente à carreira técnica superior;
Janeiro de 1994 — Dezembro de 1999 — ingressou no quadro da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, na carreira técnica superior em 19 de Janeiro de 1994;
Desde Dezembro de 1999 — nomeada em Dezembro de 1999 auditora do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

II. Actividades relevantes:

Na Direcção-Geral do Tribunal de Contas:

Monitora de várias acções de formação na área da contratação pública, fiscalização prévia e concomitante em organismos da administração central e local;

Membro do grupo de trabalho constituído para a elaboração dos anteprojectos de manuais de procedimentos no âmbito da fiscalização concomitante da 1.ª Secção do Tribunal de Contas;
Colaborou na orientação de estágios frequentados na Direcção-Geral do Tribunal de Contas por entidades nacionais e estrangeiras;
Colaborou na elaboração das instruções de fiscalização prévia a aplicar no Tribunal Administrativo de Moçambique; Executou sobre este tema formação em Maputo.

Na Provedoria de Justiça:

Nomeada Secretária-Geral da Provedoria de Justiça a 8 de Julho de 2005 (*Diário da República,* 2.ª série, de 8 de Julho de 2005) pelo período de 3 anos;
Exercício de funções de Secretária-Geral em regime de gestão corrente de 8 de Julho de 2008 a 30 de Setembro de 2008.

Situação actual:

Nomeada Chefe do Gabinete do Provedor de Justiça a partir de 1 de Outubro de 2008, funções que exerce à presente data.

III. Funções dirigentes:

Março de 1996 — Outubro de 1996 — coordenação da 6.ª Contadoria do Visto da Direcção-Geral do Tribunal de Contas;
Outubro de 1996 — Janeiro de 2000 — contadora-chefe da 2.ª Contadoria do Visto da Direcção-Geral do Tribunal de Contas;
Julho de 2000 — Março de 2003 — auditora-chefe da Unidade de Apoio Técnico I — Departamento de Controlo Concomitante da Direcção-Geral do Tribunal de Contas;
Desde Março de 2003 — auditora-chefe da Unidade de Apoio Técnico I — Departamento do Controlo Prévio da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

19422009

Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

Despacho n.º 18295/2009

Em conformidade com as disposições constantes do Despacho n.º 6303-B/2009, de 23 de Fevereiro e nos termos das disposições conjugadas do n.º 4 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, na redacção dada pela Lei n.º 11/2008, de 20 de Fevereiro e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, autorizo e aprovo a colocação em situação de mobilidade especial por opção voluntária, da trabalhadora constante do Quadro, em anexo, com produção de efeitos a partir do dia seguinte à data da publicação do presente despacho no *Diário da República*.

Nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 13.º e 51.º da Portaria n.º 1499-A/2007, de 21 de Novembro, o Quadro, em apreço, é enviado à Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.

28 de Julho de 2009. — O Presidente, *Luís Bettencourt Sardinha*.

Colocação em situação de mobilidade especial, por opção voluntária conforme Despacho n.º 6303-B/2009, de 23 de Fevereiro

Nome	Modalidade da relação jurídica de emprego público	Carreira/categoria	Posição remuneratória	Nível remuneratório
Maria Adélia Bravo Ferreira Balula Chaves	Contrato de Trabalho em funções públicas por Tempo Indeterminado	Assistente Técnica/Assistente Técnica	Entre 6.ª e 7.ª	Entre 11 e 12

202146227